



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria.*

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

O salto do tigre na Imagem dos Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo.

Roberta Lobo¹

Resumen:

A partir da apreensão da história como lugar saturado de *tempo-de-agora*, nos propomos discutir a Imagem dos Direitos Humanos no Brasil problematizando o conteúdo da democracia nestes 25 anos após o fim da ditadura civil-militar. *Escovar a contrapelo* a redemocratização brasileira implica defrontar-se com a dialética existente entre memória e esquecimento, Estado e Movimentos Sociais, Estado de Direito e Estado de Exceção. Vivemos uma realidade de violações na esfera econômica, política e afetiva com o domínio da escassez, do medo e do encarceramento de indivíduos despossuídos de vida pública. O Plano Nacional de Direitos Humanos 3 do Governo Lula ainda que tenha provocado alguns ruídos, não fugiu à condição de imagem domesticada. O salto do tigre na imagem dos Direitos Humanos no Brasil a favor da tradição dos oprimidos deve ser um salto dialético que amarra numa constelação singular o genocídio, a escravidão, as ditaduras que marcaram nossa história com a atual gestão da barbárie social, que combina política assistencialista com política de extermínio, bolsa família e vala comum. Um salto de tigre capaz de ir além da própria imagem de direitos humanos em direção à imagem de uma outra sociabilidade humana anti-mercantil e anti-estatal.

¹ UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares/PPGEDUC).



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

O salto do tigre na Imagem dos Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo

I

A partir da apreensão da história como lugar saturado de *tempo-de-agora* (Jetztzeit), um tempo histórico dialético, nos propomos discutir a Imagem dos Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo problematizando o conteúdo da democracia nestes 25 anos após o fim da ditadura civil-militar (1964-1984).

Escovar a contrapelo o processo de redemocratização brasileira implica defrontar-se com a dialética da memória e do esquecimento, com a dialética existente entre Estado e Movimentos Sociais, entre Estado de Direito e Estado de Exceção. Apropriar-se das lutas pelos Direitos Humanos do passado como arma cultural no presente a fim de questionar o processo atual de dessocialização extrema, de um estado de emergência onde a cidadania se apresenta como uma questão de polícia para as classes populares em seus territórios desagregados socialmente.

A imagem atual dos Direitos Humanos apropriada pelo Estado com suas indenizações dos filhos de estadistas, com a insuspeita comissão de verdade, com as concessões feitas aos setores conservadores da sociedade brasileira frente às polêmicas provocadas pelo Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (2009-2010) ocultam a realidade anti-direitos humanos em que vivemos. Violações na esfera econômica, política e afetiva com o domínio da escassez, do medo e do encarceramento privado de indivíduos despossuídos de vida pública. Tal imagem não politiza a sociedade, ainda que provoque alguns ruídos. Ou seja, ainda é uma imagem domesticada. O salto do tigre na imagem dos Direitos Humanos no Brasil a favor da tradição dos oprimidos deve ser um salto dialético que amarra numa constelação singular o genocídio e a escravidão que marcaram nossa história com a política atual de gestão da barbárie social, que combina política assistencialista com política de extermínio, bolsa família e vala comum. Como reconstruir historicamente e criticamente o que de fato se materializa a partir da chamada redemocratização brasileira?



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

A abertura política iniciada no final dos anos de 1970² criou inúmeras esperanças quanto ao processo de democratização da sociedade brasileira, democratização que no período anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964 estava marcada por uma intensa politização da sociedade, que incluía o cinema, o teatro, a música, o jornalismo, as universidades, os movimentos populares de cultura, além dos sindicatos, de alguns setores militares, dos movimentos sociais do campo e da cidade. Como nos diz Schwarz, "O vento pré-revolucionário descompartmentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização das empresas americanas, etc. O país estava irreconhecivelmente inteligente."³. O sonho e a realidade de modernização e democratização que alimentava o debate público não se limitava à esfera de uma cidadania individualizada, pois o que se fazia presente era a experiência organizada da sociedade brasileira. O golpe faz avançar a modernização econômica, elemento indispensável para a atualização da reprodução do capital monopolista na época, porém alimenta uma regressão social e política em larga escala, mesmo permitindo até 1968 uma "relativa hegemonia cultural da esquerda no país", visto que "nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom"⁴.

Os motivos de tal derrota histórica ainda precisam ser esclarecidos para as gerações que se seguiram. Existe ainda hoje algo de nebuloso no que diz respeito à visão de mundo e à práxis política da esquerda da época, com consequências difusas, porém presentes no processo de redemocratização dos anos de 1980, bem como no momento atual de total enquadramento e refluxo dos movimentos sindicais e sociais. Seguindo as pistas de Schwarz, faz-se necessário revermos à contrapelo a combinação particular existente entre populismo, nacional-desenvolvimentismo e leninismo clássico, assim como a relação entre Estado, sindicalismo e movimentos sociais.

2 Estamos nos referindo à revogação do AI-5 em 1978 e a volta dos exilados políticos, à Lei da Anistia de 1979 e ao fim do bipartidarismo.

3 Schwarz, Roberto. Cultura e Política. Paz e Terra, São Paulo, 2005, p. 21.

4 Schwarz, Roberto. Cultura e Política. Paz e Terra, São Paulo, 2005, p.8



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Retomando o fio da meada, a compreensão da experiência democrática brasileira não pode prescindir de uma análise das contradições que se fazem presentes em cada período histórico. Interessa-nos compreender a experiência democrática brasileira em tempos de 'nova ordem mundial' de 'transformismo do partido dos trabalhadores', para rememorar uma antiga expressão do pensamento de Gramsci, e de 'militarização da vida social'.

As esperanças democráticas postas no processo de abertura tiveram um imenso valor histórico, porém não se reverteram em força social capaz de radicalizar a experiência democrática com base no princípio caro da democracia representativa, as eleições diretas. Entre os anos de 1979 e 1984, a reorganização popular estava em voga com as 80 mil comunidades eclesiais de base (CEB's), com o crescimento dos sindicatos rurais e a proliferação das associações de amigos do bairro, com a criação das comissões de fábrica e deflagração das greves dos trabalhadores das indústrias de ponta e das greves dos professores das redes públicas, com as primeiras ocupações dos sem-terra. Seguindo a corrente da mobilização, apresentavam-se no cenário político as associações de classe média, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). O auge de tal mobilização se deu na Campanha pelas Diretas Já, que mobilizou comícios gigantescos como 500 mil pessoas no Rio de Janeiro e 1 milhão de pessoas em São Paulo⁵. Mesmo diante de tal movimento social de massas porque a permissão do recuo? Porque a contra-corrente da permanência da *revolução passiva*?

Não é novidade que a redemocratização brasileira é identificada como uma transição fraca,

5 Carvalho, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000, p.183-188.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

com resoluções realizadas pelo *alto*, ou seja, por alguns segmentos da sociedade que disputam a hegemonia. Para falar em termos gramscianos, a ocidentalização materializada pelos sindicatos, pelas CEB's, pela CPT, pelo MST, pelo conjunto de associações de bairro e de favelas não eliminou a permanência da orientalização, ou seja, a força do Estado na condução do processo político. Para Coutinho⁶, mesmo tendo sido derrotado, o *Movimento Diretas Já* impediu a reprodução do regime com o governo semi-civil de Paulo Maluf. No entanto, a escolha da oposição em participar do Colégio Eleitoral configurou uma solução pelo alto, o modo *prussiano e passivo* de conduzir as transformações políticas e sociais no Brasil⁷. A consequência direta desta opção foi a derrota do projeto popular nas Eleições Diretas de 1989. Mantêm-se a modernização pelo alto, com a chamada globalização, com uma contínua regressão da sociedade no que tange seu processo de politização e organização social.

Um agravante desta situação histórica foi o processo que se seguiu de ajustes neoliberais, crescimento da dívida externa e dependência econômica, o dar-se conta na periferia da reestruturação produtiva do capital, impondo novas formas de acumulação que atingem diretamente o processo de socialização do trabalho e da política (gramscianamente falando) com o desemprego massivo, além do abocanhar do fundo público que implica uma regressão dos direitos sociais. Ou seja, além da revolução passiva como tônica da redemocratização brasileira, seguimos para um período histórico de transformações estruturantes da esfera econômica, transformações para a permanência do mesmo, qual seja, a lógica de reprodução do valor como lógica da reprodução social, agora sob o imperativo da financeirização, da espetacularização do real e de uma coerção crescente, marcado pela fabricação midiática de um consenso que elimina o dissenso próprio da luta

6 Coutinho, Carlos Nelson. *Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo*. Cortez, São Paulo, 2000, p. 92-93

7 Caberia aqui um aprofundamento da relação entre Nova República e Revolução Passiva/Prussiana. Um estudo sobre a assimetria entre Estado e Sociedade Civil, a reatualização do populismo, a cooptação, o clientelismo, a corrupção e a democratização do cinismo (como disse Paulo Freire em sua última entrevista em 1997), que ganhou consistência histórica nas décadas seguintes e que nesta primeira década do século XXI atinge patamares cada vez mais alarmantes.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria.*

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

política. A esfera pública é negada e o mercado torna-se o grande regulador dos conflitos, interesses e demandas sociais, relegando para a sociedade civil apenas a sobrevivência do interesse particular, corporativo. Segundo Coutinho, a expansão do terceiro setor, a presença de um sindicalismo de resultados, a constituição do partido-ônibus (agregados de interesses personalistas e corporativistas) aliados à baixa participação política consolidam e renovam "elementos prussianos e elitistas da transição fraca" como o "presidencialismo imperial" e a "cooptação clientelista"⁸.

Gostaríamos de ressaltar que o conteúdo da democracia no Brasil Contemporâneo não pode ser pensado sem o estabelecimento de uma relação direta com a esfera econômica. Se antes, no pré-1964, a democratização estava relacionada à modernização num viés nacional-desenvolvimentista, a partir dos anos de 1990, o tripé nacional-desenvolvimentista está rompido com a avalanche da dívida externa e o desmonte do sistema monetário-financeiro do que um dia se nomeou de 'capitalismo nacional'. Aliada a isto está a combinação de trabalho barato com financeirização do capital, movimentos em tempo real do capital, deslocamento de fábricas para periferias remotas, enorme massa de capital financeiro em circulação suscetível a forte especulação, um capital de imagens que permite a forma do capital atuar como virtual, "capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem o constrangimento da era industrial"⁹. Neste conjunto está, segundo Oliveira, a contra-revolução do nosso tempo, uma contra-revolução que eleva a graus sofisticados e ao mesmo tempo primitivos a forma trabalho abstrato. Diante deste estágio avançado da forma-mercadoria mergulhamos numa das mais profundas regressões políticas. Tais regressões com base na autonomização do mercado atingem tanto o centro do sistema, como a periferia, implantando intolerâncias, negligenciando direitos humanos, implodindo a esfera pública, bem como as relações mercantis de contratos, relegando aos indivíduos à solidão e à força da lei bruta.

8 Coutinho, Carlos Nelson, 2005, p.99.

9 Oliveira, Francisco de. A Era da Indeterminação. Boitempo, São Paulo, 2007, p.26.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Parafraseando Oliveira¹⁰ e Schwarz¹¹: Diante do *desmanche* da sociabilidade do período de 1964-1990, *resistirão a República e a Democracia?*

De acordo com Oliveira, há uma irracionalidade do processo de valorização, visto que a realização do valor interno, isto é do PIB, só se realiza com o capital externo global através das dívidas públicas: "as novas dívidas financiam a renovação da antiga, e ocorre uma esterilização da capacidade produtiva do país. A realização é apenas virtual, o caso clássico do capital fictício previsto por Marx¹². Como dado trágico ou farsa, convém revelar: a dívida pública cresceu 10 vezes entre 1994 e 2002 e hoje corresponde a mais de 50% do PIB. Bom, se não há realização do valor, somente como anti-valor, se não há mais como referência o trabalho formal, fixo e assalariado e sim um sem número de trabalho sem-formas que junto com o desemprego atingem 60% da força de trabalho da população ativa brasileira, o que pode garantir a sociabilidade pós-desmanche? A autonomização do mercado implode o conceito de hegemonia de Gramsci, é a lei do vale tudo sem culpa, apagamento da memória de um mínimo de virtude do mercado a fim de garantir uma sociabilidade da concorrência¹³. Instaura-se a exceção permanente, o único horizonte posto na direção de manutenção de tal sociabilidade pós desmanche que vai combinando de maneira cada vez mais atroz colapso da sociedade burguesa¹⁴ e coerção estatal.

10 OLiveira, Francisco de. "Resistirão a república e a democracia?". Texto apresentado no seminário *Questões do republicanismo contemporâneo: dilemas do republicanismo democrático no Brasil*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, maio de 2002. (Texto inédito)

11 Schwarz, Roberto. Fim de século. Incompleto, o processo de modernização provou ser ilusório. *Jornal Folha de São Paulo*, 4 de Dezembro de 1994.

12 Oliveira, Francisco de. *A Era da Indeterminação*. Boitempo, São Paulo, 2007, p. 33.

13 Oliveira, Francisco de. *A Era da Indeterminação*. Boitempo, São Paulo, 2007, p. 35.

14 Tal colapso deve ser entendido com base na própria lei do valor, ou seja, com a progressiva automação elimina-se o trabalho vivo do processo de produção, o que gera o desemprego estrutural, no entanto, tendo como referência a fórmula clássica, somente o trabalho como mercadoria gera valor a mais, excedente. O capital chega no seu limite lógico e para se manter ativamente assume cada vez mais formas destrutivas. Ou seja a civilização em excesso não traz progresso e sim regressão. Esta discussão pode ser vista em Marx (1998), Meszáros (2002), Kurz (1992), Menegat (2006)



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Se a reprodução do capital no período atual está garantida pelo aparato estatal coercitivo¹⁵ e eliminada a aurea da sociedade civil, o que pensar da política, da relação entre as classes sociais, seus interesses e suas formas de representação? Segundo Oliveira, uma profunda indeterminação tomou o campo da política, não há no horizonte a formação de consensos ou dissensos, ou seja, de um campo de invenções no qual se pode formar o palco das disputas de projetos políticos. Marketing, economicismo e alianças privilegiam um discurso difuso e ambíguo sem a apresentação de uma alternativa frente esta dinâmica do mundo capitalista atual e quando resvala no horizonte algum discurso alternativo, este apenas buscar requestrar um nacional-desenvolvimentismo que objetivamente não possui mais condições históricas de se realizar¹⁶.

Para fechar o argumento, gostaríamos de trazer mais alguns elementos para a compreensão do fenômeno histórico contemporâneo que se deseja apresentar sob o conceito de *estado de exceção permanente*. A compreensão do mesmo é fundamental para tatearmos o conteúdo da democracia na experiência social brasileira, em especial a partir da realidade do Estado do Rio de Janeiro.

A 'nova ordem mundial' se instaura neste processo de mudança de paradigmas na esfera da economia e da política, processo este que atinge não apenas as macroestruturas, mas também as microestruturas, ou seja, alterações que se realizam tanto no campo do Estado, do mercado, como também no íntimo dos sujeitos sociais. O marco da *flexibilidade* atinge não apenas o mundo do mercado de trabalho e sim as estruturas psíquicas do sujeitos, implicando numa flexibilidade inclusive do caráter¹⁷. Assim como o marco do *risco*, que atinge um raio que vai das operações nas

15 Vale a pena conhecer o trabalho organizado por Cecenã (2008) *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*, onde são apresentados mapas que relacionam as fontes de água, metais, hidrocarbonetos, biodiversidade com as bases militares dos EUA.

16 Este tema mereceria um maior aprofundamento, em especial com base nos processos recentes de nossa história política como as eleições de 2002 e 2006, como também na relação que se estabelece entre Estado e movimentos sindicais e sociais. Sugiro em especial a leitura do livro supracitado a *A Era da Indeterminação*.

17 Ver estudo pioneiro de Sennet. R. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Record, Rio de Janeiro, 2002.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

bolsas de valores às consequências funestas dos processos de desestruturação da vida social e do meio ambiente. Flexibilidade e risco vão nortear as ações desta 'nova ordem mundial', incluindo suas ações de promoção da paz mundial, cada vez mais garantidas pelo direito à guerra, ou seja, pela implementação de um estado de sítio mundial, que garante por sua vez a segurança da reprodução do capital na sua dialética atual de valorização-destruição¹⁸. Aqui nenhuma novidade histórica, Estado de direito e Estado de exceção caminharam juntos desde o terror implantado com as revoluções proletárias de 1848, como bem demonstrou Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e Benjamin em suas *Passagens*. Ou seja, a exceção sempre foi a regra para as classes populares que se tornam perigosas e o estado de sítio a forma normatizada para garantir o Estado de direito.

"A anomalia constitutiva da modernidade política reside no fato de que a definição jurídica do estado de exceção tenha sido elaborada ao mesmo tempo em que se implantava o Estado constitucional liberal" (...) " O fato de já não sabermos mais se estamos em guerra ou em paz talvez seja a evidência mais tangível e abrangente desta indistinção entre exceção e regra que é o híbrido extremo em que se cristaliza a atual escalada de uma dominação a céu aberto. A Guerra do Golfo foi sem dúvida o primeiro grande laboratório do estado de sítio como governo do mundo (...)"¹⁹.

Assim, a normalidade constitucional garante a exceção, em especial para aqueles considerados inimigos, comunistas (no identificar de nosso passado recente), criminosos e terroristas (no jargão da atualidade), seja na forma de ditadura, guerra civil ou guerra justa. Para completar o paradoxo, a exceção como normalidade tem como fim a garantia do livre comércio, das formas de modernizações retardatárias (realizadas no passado recente) e de acumulação primitiva hoje reatualizadas com a crise estrutural do capital. Capitalismo e guerra não se coloca como novidade histórica, tampouco sua relação com a tecnologia, hoje transvestida de tecnociência com as "novas armas high-tech e a retórica de ofuscamento cristalizada em clichês como 'ciberguerra',

18 Arantes, Paulo. Extinção. Boitempo, 2007, p. 35

19 Arantes, Paulo. Extinção. Boitempo, 2007, p. 42-43.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

'armas inteligentes', 'guerra segura', etc"²⁰.

Mas este estado de exceção permanente que se configura a partir dos anos de 1990 não se alastra aleatoriamente pelo mundo, seu lugar é a periferia. Porém aqui uma diferenciação: uma guerra cosmopolita permanente e difusa, onde os donos da 'nova ordem mundial' legitimam as coalizões humanitárias e partem para cima dos territórios escolhidos a dedo, haja vista as experiências da Guerra do Golfo, a Guerra de Kosovo e a Ocupação do Afeganistão, implicando sempre destruição dos estados-nação e apropriação de suas riquezas materiais, em especial pilhagem de matérias primas²¹; e uma guerra civil do pós-desmanche (incluindo determinados territórios das grandes cidades do centro do sistema²²), contendo as populações condenadas pelo ajuste neoliberal, seja através da estrutura policial, seja através de formas privadas de coerção, como as milícias²³.

Guerra, criminalização, violação dos direitos humanos, escassez, medo, indiferença e desprezo. Esta a segunda natureza que parece dominar a vida social no século XXI. Quais os caminhos da experiência democrática brasileira: é possível uma desintegração deste sistema mundial da violência que se instaura há três décadas? Ou sua domesticação frente a este sistema é inevitável?

II

A violação dos direitos humanos é a forma de instauração dos projetos do grande capital na

20 Arantes, Paulo. Extinção. Boitempo, 2007, p. 49.

21 Aqui o petróleo tem um peso descomunal: "para assegurar o suprimento a preços baixos de energia fósseis para as economias centrais, quer dizer, para assegurar a matriz energética da riqueza de algumas nações, é preciso dismantelar as estruturas sociais produtivas das fontes supridoras" (Altvater apud Arantes, 2007, p.68).

22 Para um maior entendimento desta situação ver a tese da *brazilianização do mundo* defendida em: Arantes, Paulo. Zero à esquerda. São Paulo, Conrad, 2004.

23 Arantes, Paulo. Extinção. Boitempo, 2007, p. 51.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

periferia, dos projetos de modernização retardatária aos projetos da modernidade globalizada. A história sem pretensão de salvar ou condenar a dialética negativa e positiva que se movimenta na/pela práxis humana, segue um tempo agonizante, de fraturas intransponíveis, de memórias reprimidas, um presente estilhaçado por muros, fomes, desinteresse e medo, que não vê o mar do futuro. A dificuldade da visão/imaginação do mar do futuro não elimina a realidade de desejá-lo, senti-lo, reatualizando a promessa de vivê-lo enquanto humanidade, necessidade de liberdade.

Segundo Felipe Brito²⁴, duas dimensões constitutivas da *violência extra-econômica* são mobilizadas como mecanismos de gestão do colapso da sociedade do capital. São elas o encarceramento em massa e o assassinato (também massivo) “em nome da lei”. O encarceramento em massa, vem acompanhada de um conjunto de estratégias de segregação punitiva, tais quais a diminuição da maioria penal, o recrudescimento na pena privativa de liberdade, a expansão da tipificação penal, o estabelecimento de condenações obrigatórias mínimas etc, seguindo:

Os campeões mundiais de encarceramento são os Estados Unidos da América, possuem 8.700 presídios e 17 cárceres flutuantes nos seus navios de guerra (sem contar com as várias prisões em suas bases militares, como Guantánamo). Com uma população de pouco mais de 300 milhões de habitantes, os EUA mantêm encarcerados cerca de 2,5 milhões de pessoas dentro do seu território (incluindo o Havaí e o Alasca). Porém, o número total de prisioneiros sob a responsabilidade do governo norte-americano ainda é uma incógnita. De acordo com os números do Departamento de Justiça referente ao ano de 2006, um em cada nove homens negros entre 20 e 34 anos está preso, o que revela a incidência avassaladora da *seletividade/etiquetamento*. No Brasil, segundo os dados do *Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen)*, elaborado pelo *DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional)*, em 1995 havia 140.000 pessoas no cárcere; em 2005, 361.500; no primeiro semestre de 2009, 469.807 presos. Mais da metade dos atos ilícitos cometidos é “ofensivo ao patrimônio”, praticado por jovens com idade entre 18 e 21 anos. Os dados do *International Center for Prison Studies* (do King’s College, no Reino Unido), indicam que o Brasil já é quarto país com o maior número de encarcerados do mundo, perdendo somente para Estados Unidos, China e Rússia. Aliás, mesmo os países europeus tradicionalmente “menos punitivos”, como, por exemplo, a Noruega e Holanda, também presenciaram consideráveis aumentos nas suas respectivas populações carcerárias. No primeiro, houve um aumento de 40 por 100.000 habitantes na década de 1960 para 64 por 100.000 habitantes na de 1990; no segundo, de 30 para 86 por 100.000 habitantes, no mesmo período. O recrudescimento punitivo foi uma das exigências precípua à inserção dos países na União Européia. É importante observar o quanto essa formatação punitiva do Estado

24 Brito, Felipe da Silva. Acumulação (democrática) de escombros. Tese de Doutorado, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

vem sendo enaltecida e assimilada ao redor do mundo, permeando os discursos e plataformas da “direita” e da “esquerda”²⁵.

O extermínio em nome da lei realizado pelo Estado, por agentes officiosos e ainda com um rentável mercado de guerra e de segurança privada aponta para o tamanho dos escombros sociais que se tornou a sociedade capitalista da modernidade globalizada ou do capitalismo tardio. O *DataSUS* do Ministério da Saúde registrou em 30 anos de trabalho um milhão de homicídios aproximadamente, número comparado aos países em guerra civis oficiais. No Rio de Janeiro, entre 2000 e início de 2009, de acordo com *Instituto de Segurança Pública*, foram registrados 9.179 óbitos como *autos de resistência* – o que equivale a uma média de 2,67 mortes por dia:

A origem do “dispositivo jurídico” *auto de resistência* remonta à *Ordem de Serviço N*, número 803, de 2 de outubro de 1969, da *Superintendência da Polícia Judiciária*, do antigo estado da Guanabara. Tal Ordem dispõe: “em caso de resistência [os policiais] poderão usar dos meios necessários para defender-se e/ou vencê-la” e “dispensa a lavratura do auto de prisão em flagrante ou a instauração de inquérito policial nesses casos” (*apud Salles, 2009: 29*). Quando uma ocorrência é registrada como *auto de resistência*, o delegado possui trinta dias para efetuar as investigações, a fim de enviar as suas conclusões ao Ministério Público Estadual. Na condição de titular da ação penal, o Ministério Público, diante do relatório do delegado, decide se devolve o material à delegacia (solicitando mais e melhores apurações), se oferece denúncia contra o policial ou se encaminha o processo com pedido de arquivamento ao juiz. Nesse último caso, se o juiz concordar, o processo sofre arquivamento. Do contrário, a decisão final passa à *Procuradora Geral de Justiça*, cujo titular é indicado pelo governador. Diante da acintosa situação, o delegado da polícia civil do Rio de Janeiro Orlando Zaccone asseverou: “quem mata é a polícia, mas quem enterra é o Judiciário”²⁶.

Vivemos hoje no Estado do Rio de Janeiro a materialização de uma ideologia da Pacificação, que se expressa através da política do Choque de Ordem, do Caveirão e das Unidades Pacificadoras, além da cultura midiática que fomenta a espetacularização do horror. O sentido da administração do Estado e da cidade está em pacificar o conflito, novos cercamentos, encarceramento massivo, formas de extermínio aberto com glamour de segurança pública.

Desde a imposição da modernidade globalizada nos anos de 1990, o Rio de Janeiro vem sendo um grande laboratório da política de extermínio como uma política de Estado, o que inclui

25 Brito, Felipe da Silva. Acumulação (democrática) de escombros. Tese de Doutorado, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p.11

26 Brito, Felipe da Silva. Acumulação (democrática) de escombros. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p. 12.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

não somente as ações de coerção e extrema violência por parte do Estado, mas também uma naturalização das chacinas que rapidamente se encontram no cenário embotado da memória social, como a chacina de Vigário Geral (1993), da Candelária (1993), da Baixada Fluminense (2005), do Complexo do Alemão (2007), do Morro da Providência (2008), dentre outras negligenciadas e/ou silenciadas pela grande mídia.

O Choque de Ordem é uma política de repressão do governo municipal afim de dar conta da barbárie social instaurada como premissa da própria reprodução ampliada do capital e que desde os processos de modernização conservadora (1930/1940 e 1960/1970) alimenta a contínua reprodução da pobreza, do subemprego, da moradia precária e do medo como condição de sobrevivência das classes populares. Instaurado em janeiro de 2009, o Choque de Ordem realiza operações de repressão a vendedores ambulantes, flanelinhas, moradores de rua e de construções irregulares ocupadas por trabalhadores sem-teto. Garantir a ordem e a segurança do espaço público é operar uma limpeza social e étnica que elimina os direitos das classes populares relegadas ao circuito informal de produção e circulação de mercadorias, em especial o direito de moradia e trabalho.

Na esteira do Choque de Ordem, espalham-se as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), que além da euforia midiática, tem grande apoio dos recursos privados através das parcerias público-privado. As UPPs buscam, no discurso, a inversão da retórica violenta do combate ao crime organizado, visto que sua intenção é garantir a cidadania nas comunidades, ou seja, a cidadania torna-se uma questão de polícia! Uma dialética negativa posta na regressão da condição dos direitos humanos. Como a cultura corporativa, autoritária e violenta da polícia poderá garantir o 'alargamento' da cidadania nos territórios socialmente excluídos da cidade oficial? Este problema esbarra não apenas na fraca cultura democrática brasileira, mas também na contradição existente entre pacificação e democratização:



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

"A fraca capacidade reivindicativa da população que mora nas áreas direta ou indiretamente afetadas pelas UPPs, resultante da convicção de que precisam ser pacificadas, impede sua aceitação plena como participantes legítimos das arenas públicas" (...) "Esta esvaziada a capacidade de mediação política-administrativa entre as populações moradoras dos territórios da pobreza e o mundo público, que representou a força das associações de moradores. Há lamentáveis indicações de que esta função pode estar passando a mãos insuspeitas: as UPPs" (Silva, 2010, p.3).

A polícia como premissa da cidadania não é a norma, mas a exceção sempre permitida nos países periféricos, aqui nada ex-temporal, apenas uma deformação contemporânea da indeterminação da política que estamos vivendo desde o triunfo da contra-revolução neoliberal, para lembrar mais uma vez as reflexões de Francisco de Oliveira. Caveirão, Choque de Ordem e UPPs garantem a privatização do espaço público, a contenção das classes perigosas, a violência e o extermínio de jovens, negros, favelados. Não há saídas a partir da dialética norma e exceção alimentada pelas classes dominantes, daí a importância de imaginarmos outras formas de sociabilidade para além da forma-mercadoria e da forma estatal, tais formas implicariam a radicalização da autêntica exceção como propunha Benjamin, outros modos de sentir e pensar o mundo, com base na satisfação dos desejos, na cultura do tempo livre proporcionada pela automação progressiva em curso há três décadas (1980,1990, 2010), na dialética do belo que afirma e nega o existente, tendo como centro o humano, demasiadamente.

III

No final do ano de 2009, o Governo Lula apresenta o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)²⁷, provocando polêmicas de diversas ordens com setores do governo, com os militares, a Igreja, os ruralistas e o empresariado da comunicação. No final de 4 meses, a *reconciliação extorquida*²⁸ mais uma vez se apresenta na história política brasileira. O governo Lula sela a imagem do pacto, da conciliação como tradição das elites e seus representantes, o salto do

27 Somente um em cada quatro municípios brasileiros tinha, em 2009, algum órgão de defesa de direitos humanos. Destes 25% dos municípios, apenas 36% dispõem de orçamento próprio para essas políticas. (IBGE, 2009).

28 Tomamos esta expressão de Gagnebin, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. En: Teles, Edson e Safatle, Vladimir (orgs). O que resta da ditadura? Boitempo, São Paulo, 2010.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

tigre no passado como negatividade da abertura política, a intocável Lei da Anistia, a derrota das Diretas Já, a redemocratização passiva. Tudo isto dá a medida da continuidade que se materializa na cultura conservadora da sociedade brasileira. Negação da discriminação do aborto, a permanência da presença de símbolos religiosos em órgãos públicos, o ocultamento da repressão ditatorial, a retirada de audiências prévias à concessão de liminares de reintegração de posse, a retirada da punição de rádios e TVs por desrespeito aos direitos humanos, todas estas escolhas realizadas pelo Governo Lula.

Por que a escolha de não avançar numa política de memória que implique na elaboração de nosso passado recente, no fazer o luto dos nossos mortos e no impedir a repetição da sangria? Narrar a tortura, o desaparecimento, a morte como prática do regime civil-militar que se estabeleceu entre os anos de 1964-1984 no Brasil é instaurar o salto de tigre na imagem do passado relacionando-o com a atualidade da prática da tortura, do desaparecimento e da morte de filhos de uma classe trabalhadora desfigurada, sem fábrica, sem terra, sem moradia digna, de letramento precário, de profundo anônimato na escassez e na dor.

O silêncio sobre os mortos e torturados do passado, da ditadura, acostuma a silenciar sobre os mortos e os torturados de hoje. Todos encarnam, mesmo que sob formas diversas, a figura sinistra 'daquele que é reduzido à vida nua, isto é, de uma homem que não é mais homem, ou melhor, que pode ser morto sem que seu assassinato seja castigado', assim a definição do Homo Sacer por Giorgio Agamben. O não saber sobre os mortos do passado inataura na memória um lugar de indeterminação cuja transposição atual se encontra nesses espaços indeterminados de exceção, situados no seio do próprio corpo social - cuja existência nem sequer é percebida. (...). Parece haver uma correspondência secreta entre os lugares vazios, os buracos da memória, esses brancos impostos do não dito do passado, e os lugares sem lei do presente, espaços de exclusão e de exceção, mas situados dentro do reinto social legítimo, como se somente a inclusão da exceção pudesse garantir a segurança da totalidade social.²⁹

O que resta do projeto de democratização da sociedade brasileira? O anjo da história continua espantado frente aos escombros se amontoando: a realidade de anti-direitos humanos e a

29 Gagnebin, Jeanne Marie. O preço da reconciliação extorquida. En: Teles, Edson e Safatle, Vladimir (orgs). O que resta da ditadura? Boitempo, São Paulo, 2010, p.175-176.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

ideologia da pacificação como força bruta, violência direta, mas também e principalmente como força subjetiva que promove uma reatualização da estetização da política³⁰, calcada na espetacularização do horror, na intolerância com o outro, na criminalização da pobreza. Uma sociedade que em tempos de democracia flácida se facistiza com uma naturalidade aterrorizante para os que ainda insistem em "organizar o pessimismo", como diria Lowy³¹, seguindo os rastros desta tradição descontínua das classes populares, tradição da resistência e do incessante semear a utopia de humanidade liberta de todas as formas de opressão.

Referências Bibliográficas:

Arantes, P. Zero à Esquerda. Conrad, São Paulo, 2004.

_____. Extinção. Boitempo, São Paulo, 2007.

Benjamin, Walter. A obra de arte no período de sua reprodutibilidade técnica. En: Benjamin, Walter. Magia, Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas, Vol1. Brasiliense, São Paulo, 1994.

Cecena, Ana Esther (org.). Os desafios das emancipações em um contexto militarizado. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

Carvalho, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

Coutinho, Carlos Nelson. Democracia como valor universal. En: Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo. SP: Cortez, 2000.

Gagnebin, Jeanne Marie. O preço da reconciliação extorquida. En: Teles, Edson e Safatle, Vladimir (orgs). O que resta da ditadura? Boitempo, São Paulo, 2010.

Kurz, R. O colapso da modernização. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

30 Benjamin, Walter. A obra de arte no período de sua reprodutibilidade técnica. En: Benjamin, Walter. Magia, Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas, Vol1. Brasiliense, São Paulo, 1994.

31 Lowy, Michel. Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses de Walter Benjamin. Boitempo, São Paulo, 2005.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria.*

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Lowy, Michel. *Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses de Walter Benjamin.* Boitempo, São Paulo, 2005.

Marx, K; Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista.* Cortez, São Paulo, 1998.

Menegat, M. *O olho da barbárie.* Expressão Popular, São Paulo, 2006.

Meszáros, I. *Para além do Capital.* Boitempo, São Paulo, 2002.

Oliveira, Francisco de. "Resistirão a república e a democracia?". Texto apresentado no seminário *Questões do republicanismo contemporâneo: dilemas do republicanismo democrático no Brasil.*

Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, maio de 2002. (Texto inédito)

_____; Rizek, Cibele Saliba. *A Era da Indeterminação.* Boitempo, São Paulo, 2007.

RIO DE JANEIRO. Relatório *Os Muros nas Favelas e o Processo de Criminalização.* Rede Rio Criança, Projeto Legal, PACS, IDDH, Luta Armada Hip-Hop, Visão da Favela Brasil, Mandado Marcelo Freixo, Observatório de Favelas, Associação pela Reforma Prisional, Justiça Global, ISER, Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, APAFUNK, Movimento Direito para Quem/DPQ, MST/RJ, Centro de Associação Jurídica e Popular Mariana Crioula, Central de Movimentos Populares, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Rio de Janeiro, maio de 2009

Schwarz, Roberto. *Fim de século. Incompleto, o processo de modernização provou ser ilusório.*

Jornal Folha de São Paulo, 4 de Dezembro de 1994.

_____. *Cultura e Política.* Paz e Terra, São Paulo, 2005.

Teles, Edson e Safatle, Vladimir (orgs). *O que resta da ditadura?* Boitempo, São Paulo, 2010.

Silva, Luiz Antônio Machado da. *Os avanços, limites e perigos das UPPs.* Jornal O Globo, 20/03/2010.